



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE ENSINO
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS

FLÁVIO EDUARDO **MENDONÇA** TARRAF, Cel Av

O Comando da Aeronáutica como instrumento para a projeção do poder nacional no
sudeste asiático

Rio de Janeiro
2016

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
DIVISÃO DE ENSINO
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS

FLÁVIO EDUARDO **MENDONÇA** TARRAF, Cel Av

O Comando da Aeronáutica como instrumento para a projeção do poder nacional no
sudeste asiático

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Política e
Estratégia Aeroespaciais da Escola de
Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
Linha de Pesquisa: Relações
Internacionais
Orientador: Eduardo Sebastião de Paiva
Vidual, Cel Av R1.

Rio de Janeiro
2016

RESUMO

A pesquisa investiga as possibilidades de Projeção do Poder Nacional no Sudeste Asiático, por meio do Comando da Aeronáutica (COMAER), de maneira a colaborar com os objetivos nacionais contidos nas políticas setoriais de Relações Exteriores e de Defesa. O trabalho se desenvolveu por meio de raciocínio dedutivo com finalidade exploratória e aplicada. Quanto aos meios, o trabalho fez uso de pesquisa bibliográfica e documental. A fundamentação teórica e a coleta de dados foram baseadas nas políticas nacionais de Relações Exteriores e de Defesa, bem como em uma visão geral dos países do Sudeste Asiático. A investigação revelou que a Política Exterior do Brasil (PEB) e a Política Nacional de Defesa (PND) encontram-se harmonizadas e oferecem as orientações necessárias para o COMAER projetar poder no cenário internacional. Verificou que a Força Aérea Brasileira (FAB) pode interagir internacionalmente em exercícios operacionais, Forças de Paz da ONU, ações humanitárias, em assuntos de ensino e pode auxiliar na promoção da Base Industrial de Defesa (BID), de maneira indireta. A pesquisa concluiu que o Comando da Aeronáutica pode projetar Poder Nacional junto aos onze países do sudeste asiática, mantendo estrita obediência aos princípios da PEB, tendo como limitação o nível de cooperação indicado nos instrumentos diplomáticos bilaterais previamente firmados entre o Brasil e àqueles Estados

Palavras-chave: Poder Nacional. Sudeste asiático. Política Exterior. COMAER.

ABSTRACT

The research investigates the possibilities of Power Projection in Southeast Asia, through the Brazilian Aeronautics Command (COMAER), in order to collaborate with national objectives described in the Foreign Affairs Policy and National Defense Policy. The theoretical foundation and the data gathering were based on the national policies of Foreign Affairs and of Defense, as well as in an overview of the Southeast Asian countries. The survey revealed that the Brazilian Foreign Policy and the National Policy of Defense are harmonized and provide the necessary guidance to the Air Force Command to project National Power in the international scenario. It was found that the Brazilian Air Force can internationally interact in operational exercises, UN peacekeeping forces, humanitarian actions, in educational matters and can assist in promoting the Defense Industrial Base, indirectly. The research concluded that the COMAER can project national power in the eleven countries of the Southeast Asia, maintaining strict adherence to the principles of the Brazilian Foreign Policy, limited by the level of cooperation stated on the bilateral diplomatic documents previously signed between Brazil and those States.

Keywords: National Power. Southeast Asia. Foreign Policy. COMAER.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 METODOLOGIA	7
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
3.1 Política Externa Brasileira, Livro Branco de Defesa Nacional, Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa	8
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
4.1 Comando da Aeronáutica	11
4.2 Sudeste Asiático	13
4.3 Possibilidades do COMAER junto ao Grupo 1	19
4.4 Possibilidades do COMAER junto ao Grupo 2	20
4.5 Possibilidades do COMAER junto ao Grupo 3	20
5 CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS.....	23

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Estabilidade Financeira Global, emitido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), demonstra que a economia mundial passa por um momento de estagnação e de turbulência. Uma das causas apontadas é a desaceleração do crescimento econômico da China. Mesmo assim, estima-se que ela continuará crescendo a uma taxa de 6,6% do Produto Interno Bruto (PIB) até o final de 2016, ao passo que a Ásia, como um todo, crescerá em torno de 5,3% do PIB no mesmo período. (FMI, 2016)

Ainda destaca que a Indonésia, a Tailândia, a Malásia, as Filipinas e o Vietnã, pertencentes à Associação das Nações do Sudeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations - ASEAN), apresentam uma estimativa de crescimento médio do PIB a uma taxa de 4,8% em 2016, e 5,1% em 2017.

Buscando mitigar os efeitos da crise econômica mundial, com severos impactos sociais no Brasil, e visando a uma maior inserção do país no cenário internacional, o Governo atualizou a PEB, incentivando à abertura de novos mercados, inclusive na Ásia. (SERRA, 2016).

Partindo da premissa de que todos os setores deverão colaborar, dentro de suas competências, para que a PEB atinja os objetivos nacionais almejados, urge investigar como a FAB poderia colaborar neste esforço nacional. Assim, este trabalho científico tem por objetivo “investigar as capacidades de Projeção do Poder Nacional no Sudeste Asiático, por meio do Comando da Aeronáutica”.

Este trabalho buscou levantar dados sobre o assunto, com fulcro no arcabouço da Política Exterior do Brasil, na Política Nacional de Defesa, no Livro Branco de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa, com vistas a fornecer subsídios para futuras discussões no âmbito do COMAER e do MD envolvendo a projeção de poder no Sudeste Asiático.

A hipótese investigada é a de que, em assuntos de Defesa, o COMAER possua oportunidades de cooperação com países da região sudeste da Ásia, em diferentes profundidades, auxiliando na consecução dos objetivos nacionais perseguidos pela PEB.

2 METODOLOGIA

O objetivo do trabalho foi alcançado por meio de uma pesquisa exploratória, de natureza aplicada e de abordagem qualitativa. Para a fundamentação teórica e a coleta dos dados foram usadas a pesquisa bibliográfica e a documental, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Defesa (MD), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (Stockholm International Peace Research Institute -SIPRI), entre outros.

No tocante à fundamentação teórica, foram consideradas, ainda, as principais políticas setoriais de Relações Exteriores e de Defesa, que são a PEB e a PND, complementadas com o estudo do LBDN e da END, servindo como base para a análise dedutiva.

O trabalho investigou as possibilidades de interação cooperativa entre o COMAER e onze países do sudeste asiático, usando dados de séries históricas limitadas aos cinco anos passados, sendo este o escopo temporal da pesquisa. Assim, as conclusões apresentadas não têm caráter probabilístico.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como o trabalho se desenvolve no campo da política e da estratégia, é fundamental que sejam estudados documentos como a PND, o LBDN e a END, de maneira a dar suporte teórico ao processo de análise.

3.1 Política Externa Brasileira, Livro Branco de Defesa Nacional, Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa

No caso do Brasil, a origem da PEB está intrinsicamente ligada à Constituição Federal de 1988, que traz os princípios que regem as Relações Internacionais do Brasil elencados no quarto artigo. Assim, é plausível considerar que estes sejam os rumos constantes para onde a PEB deva seguir.

[...] I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. [...] (BRASIL, 1988).

Na visão do Presidente Temer (2016), para retomar o crescimento e a qualidade de vida da população, é necessário que haja a união de esforços dos setores produtivos com o Governo, com ações de Estado norteadas pelas Políticas Interna e Externa.

Neste contexto, o Ministro das Relações Exteriores apresentou dez diretrizes, que orientam a atual PEB. Resumidamente, em suas orientações, informa que a política exterior refletirá os valores do Estado; respeitará os princípios contidos no artigo 4º da CF; assumirá maiores responsabilidades no tocante às matérias ambientais; continuará a primar pelo diálogo e pela cooperação internacional; não restringirá sua iniciativa comercial à Organização Mundial de Comércio, mas intensificará os esforços para firmar acordos bilaterais de livre comércio; estimulará a abertura de novos mercados; retomará os esforços para fortalecimento do Mercosul; ampliará o intercâmbio com parceiros comerciais tradicionais; priorizará a relação

com parceiros novos na Ásia; e exercerá a política econômica exterior de maneira integrada entre os setores do Governo e os setores produtivos civis. (SERRA, 2016).

Em 2012, foi publicado o Livro Branco de Defesa Nacional, para dar transparência e publicidade aos Objetivos de Defesa do Brasil, atuando em complemento à PND e à END. No LBDN consta que "as forças armadas possuem capacidade de projetar poder militar além das fronteiras [...]" e acrescenta que, para evitar equívoco de percepções, deve ficar muito claro que "[...] a nossa defesa possui caráter essencialmente dissuasório e está organizada para evitar que o Brasil sofra ameaças." (BRASIL, 2012).

Nesta direção, a PND determina a capacidade do Estado de oferecer proteção ao povo brasileiro e de garantir sua soberania, prezando pela solução pacífica dos conflitos. Pressupõe que a Defesa do país é inseparável de seu desenvolvimento. Admite que o conceito de Segurança envolva todos os segmentos da sociedade, demandando medidas de amplo espectro.

Com efeito, conforme apontou o Ministro de Defesa, dentro de uma ampla estratégia nacional de desenvolvimento, a área de Defesa tem relevância na medida em que seus componentes, incluindo o COMAER, são indutores de desenvolvimento, contribuindo para o progresso do Brasil (JUNGSMANN, 2016).

No cenário externo, a PND advoga em prol da reforma das instâncias decisórias internacionais, em referência ao Conselho de Segurança da ONU.

Alinhada com a PEB, a PND estabelece onze Objetivos Nacionais de Defesa dos quais, para efeito desta pesquisa, foram destacados quatro:

[...] II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; [...] V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; VI. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais; [...] IX. desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis; [...]. (BRASIL, 2012).

Para operacionalizar estes objetivos, a END dedica parte de sua segunda seção para tratar das medidas a serem adotadas, com vistas a colaborar para uma maior inserção brasileira no cenário internacional.

Como ações diretas, deverão ser incrementados o adestramento e a participação das Forças Armadas (FFAA) em operações internacionais em apoio à

política exterior, com ênfase nas operações de paz e ações humanitárias, integrando Forças da ONU ou de organismos multilaterais da região. Também são áreas temáticas, de caráter subsidiário, nas quais as FFAA poderão colaborar com a PEB, a cooperação na área de Ciência, Tecnologia e Inovação; o apoio à BID; e Ensino. (BRASIL, 2012).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez que foram investigadas as diretrizes da PND, operacionalizadas por meio da END, em sinergia com a PEB, faz-se necessário alcançar um entendimento sobre as capacidades do COMAER de projetar poder, em harmonia com as políticas já citadas, bem como, que se tenha uma visão geral do cenário da região sudeste da Ásia, para identificar quais são os pontos relevantes para as ações da FAB.

4.1 Comando da Aeronáutica

Como ações diretas, extraídas do compêndio de documentos da Fundamentação Teórica, ligadas às competências da Força Aérea Brasileira, podem ser listadas as operações internacionais, Forças de Paz da ONU e ações humanitárias.

A FAB tem envolvimento em exercícios internacionais próximos do entorno regional, no entanto, no que se refere à adestramento multinacional o exercício CRUZEX, organizado e hospedado pela FAB há dez anos, tem destaque internacionalmente reconhecido. A CRUZEX já está na sétima edição e é voltada para o treinamento da doutrina da guerra aérea conjunta em coalizão.

No que se refere ao uso da Força Aérea em Operações de Paz, Dorn (2014) enfatiza que o Poder Aéreo tem ganhado importância para a ONU, que vem arrendando cada vez mais aeronaves para suporte aéreo em missões de transporte, observação e ataque.

A Força Aérea Brasileira iniciou seu legado em missões de paz no Canal de Suez - UNEF 1, em 1957. Posteriormente, no CONGO (1960-64), participou com um destacamento aéreo, com tripulantes e mantenedores desdobrados no país. Em 2003 voltou ao Congo, com duas aeronaves C-130 e equipagens.

Atualmente a FAB participa da Força de Paz no Haiti, tanto na tropa de solo, como fornecendo Transporte Aerológico. Também cede militares para atuarem como Observadores da ONU. Ademais, colabora com o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil - CCOPAB, mantendo pessoal efetivo no Centro e prestigiando os diversos cursos ofertados.

Outro destaque nas capacidades da Força Aérea Brasileira está ligado ao controle aeroespacial. Nesta área o COMAER possui dois casos de sucesso a serem explorados, que são o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), ambos com soluções inovadoras e integradas, que são referência mundial.

Nas missões humanitárias, a FAB possui um Hospital de Campanha, com grande experiência operacional. No Brasil, além do ambiente urbano, já atuou a partir de balsas na região Amazônica, obtendo grande sucesso. No exterior, podem ser destacadas missões na África e no Haiti. Neste último país, em quatro meses de trabalho, atendeu 24.184 pacientes, realizou 36.028 procedimentos médicos, efetuou 200 partos e 1.145 cirurgias.

Já nas ações subsidiárias, no que concerne à Ciência, Tecnologia e Inovação, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) do COMAER é um centro de excelência, respeitado mundialmente na comunidade científica, que forma profissionais, produz inovações e conhecimento.

O DCTA também tem ligação com o tema subsidiário de ensino, posto que possui cursos de graduação, pós-graduação e especializações. Além disso, a FAB possui a Universidade da Força Aérea, que concentra os cursos de pós-formação da carreira militar, cursos de elevação em idiomas, bem como mestrados e doutorados em áreas de interesse do Poder Aeroespacial.

No tocante à BID, a Força Aérea Brasileira auxilia a missão da Secretaria de Produtos de Defesa do MD, para promover os materiais da indústria nacional, de maneira direta por meio de aquisição de equipamento nacional, pelo fomento da indústria e ainda com pesquisa e desenvolvimento no DCTA.

A promoção indireta, para exemplificar, se dá por meio do Esquadrão de Demonstração Aérea, que exorta a qualidade do piloto brasileiro e da aeronave de fabricação nacional de maneira bastante abrangente. Outro meio para se atingir o mesmo fim é a presença de missões de cooperação técnica, operacional ou de ensino, com ou sem intercâmbio.

Neste contexto, deve ser ressaltada a relevância do Adido, como ferramenta de aproximação e projeção de poder, no ambiente internacional. Estes militares desempenham um papel crucial junto às representações diplomáticas. Ao mesmo tempo em que proporciona assessoria sobre os produtos de defesa nacionais em

uso na FAB, podem agilizar o trâmite de assuntos, iniciar contatos, aproximar atores de interesse e absorver impressões importantes para a FAB.

Sua presença permite “a aplicação, com fins pacíficos por parte de um país, dos recursos de defesa nacional com o objetivo de desenvolver relações bilaterais e multilaterais estrategicamente vantajosas para o interesse nacional”, conforme descrito no *Strategic Defense Review 1998*, do Ministério da Defesa do Reino Unido.

Contudo, o COMAER só poderá atuar em proveito da PEB, projetando o poder nacional no exterior, mediante a existência de mecanismos diplomáticos formais. Isto é feito pelo MRE e pode demandar longos períodos de tempo. Tais instrumentos diplomáticos variam em profundidade, duração e escopo de atuação, assumindo o formato de acordos de cooperação, memorandos de entendimento, protocolos de intenção, declarações de parceria estratégica e outros.

4.2 Sudeste Asiático

Conforme apresentado anteriormente, a Política Exterior do Brasil reconhece a Ásia como uma importante região para a abertura de novos mercados. Contudo, o continente asiático é demasiado extenso para o escopo deste trabalho. Desta forma, foi necessário limitar a abrangência geográfica do estudo.

O pesquisador utilizou o fracionamento da Ásia em cinco sub-regiões geográficas, preconizada pela Divisão de Estatística das Nações Unidas (*United Nations Statistics Division – UNSD*). O método guarda coerência com as premissas da pesquisa e o Organismo recebe credibilidade em assuntos internacionais.

Neste contexto, países como a China (Ásia Oriental), Índia (Sul da Ásia), e parte dos que formam o Oriente Médio (Ásia Ocidental) foram descartados, pois têm sido foco de inúmeros trabalhos acadêmicos. Já os países da Ásia Central tornam-se menos permeáveis às ações da FAB, pois estão sob forte influência comercial, cultural e política dos líderes ao seu redor, incluindo a Rússia. Desta forma não se mostram interessantes para este estudo.

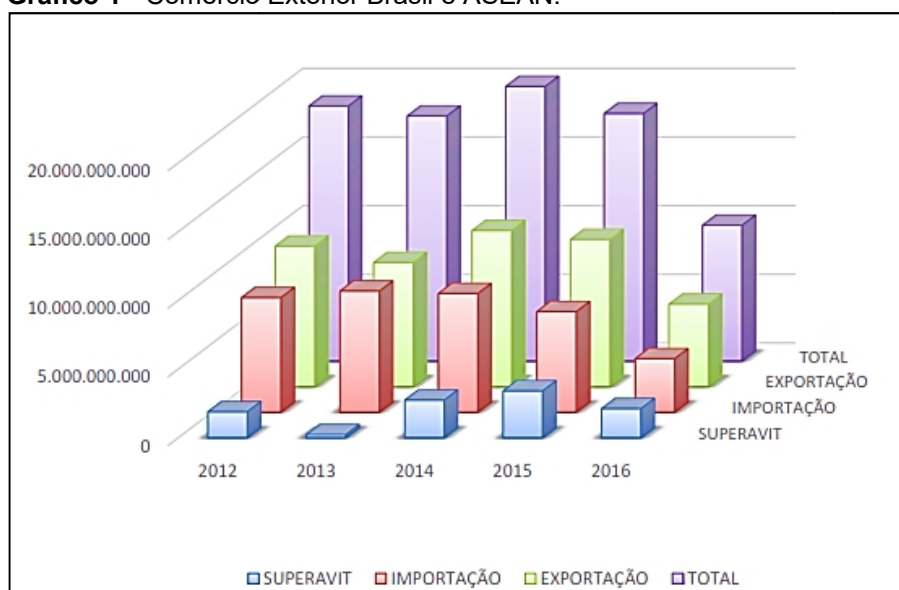
Assim, o pesquisador selecionou o Sudeste da Ásia como alvo desta investigação, composto por Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Timor Leste e Vietnã, listados por ordem alfabética.

Estes Países, excetuando-se o Timor Leste, compõe o bloco econômico chamado de Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN.

Segundo o Itamaraty, os Estados membros da ASEAN reúnem uma população de 620 milhões de habitantes e cerca de US\$ 2,5 trilhões de PIB. Localizada num dos polos mais dinâmicos de desenvolvimento econômico, a ASEAN apresenta elevados índices de crescimento econômico e expressiva participação tanto no comércio internacional quanto nos intercâmbios comerciais com o Brasil, que aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), firmado em Phnom Penh - Camboja, em 2012.

Conforme aponta a série histórica da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, o intercâmbio comercial entre Brasil e ASEAN tem sido superavitário para o Brasil nos últimos cinco anos. Até agosto de 2016, o somatório de importações e exportações acumulou aproximadamente US\$ 9,87 bilhões, o que posicionou o agrupamento como o quarto principal parceiro comercial do Brasil no mundo.

Gráfico 1 - Comércio Exterior Brasil e ASEAN.



Fonte: O autor, baseado em dados de série histórica do MDIC (2016).

Apesar disso, ao considerarmos todos os países do sudeste asiático, a riqueza não é homogeneamente distribuída entre eles, conforme relatório do Banco Mundial. A Indonésia apresenta mais de US\$ 860 bilhões no seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, enquanto o Timor-Leste contabilizou pouco mais de US\$ 1,4 bilhão. Por outro lado, o Vietnã, que está em expansão econômica, foi considerado o novo “Tigre Asiático” pela revista especializada *The Economist*.

Nas questões ambientais, a região possui grandes similaridades com a área amazônica do Brasil, comungando, em diferentes graus, as mesmas questões relativas à exploração do turismo sustentado, problemas ambientais, climáticos, de vigilância das fronteiras e de controle do espaço aéreo.

Sobre controle de espaço aéreo, segundo o Relatório de Segurança da Organização Internacional de Aviação Civil, emitido em 2016, 50% dos acidentes fatais do mundo ocorreram na região Ásia-Pacífico, contabilizando 21% de todas as fatalidades registradas no período. De fato, na parte de Controle do Espaço Aéreo, a Indonésia tem passado por uma grave crise. Em 2014 e 2015 o país lutou para sanar não conformidades apontadas pela OACI e pela *Federal Aviation Association - FAA*.

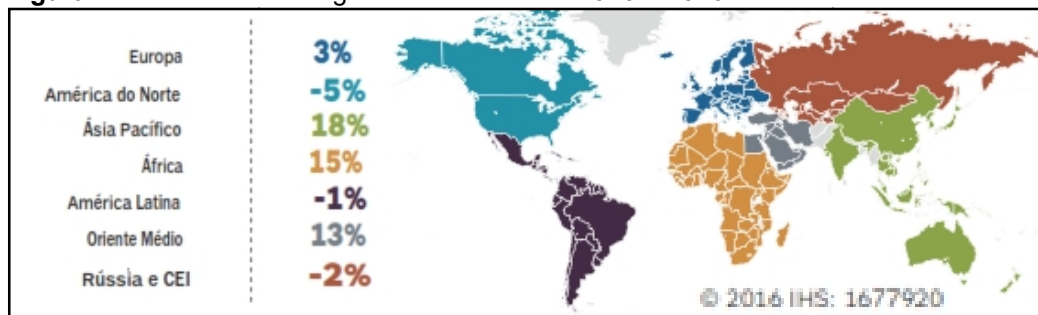
No que concerne à Segurança Internacional, a região tem passado por forte instabilidade. Segundo aponta o sítio eletrônico da organização não governamental *Council on Foreign Relations*, na região do sudeste asiático ocorrem dois conflitos, um intra-estatal, em Myanmar, e outro de maiores proporções, envolvendo países banhados pelo Mar do Sul da China (MSCh).

A disputa territorial no MSCh pelas supostas riquezas submersas (hidrocarbonetos, gás e pescado) e pelo controle das principais rotas petrolíferas e comerciais do mundo, envolve diretamente a China, o Vietnã, a Malásia, Singapura, a Indonésia, Brunei, a Tailândia e as Filipinas. (PINOTTI, 2015).

O desequilíbrio na região do MSCh desencadeou um Dilema de Segurança, fazendo com que os gastos com Defesa na região sudeste da Ásia saltassem da faixa de US\$ 26 bilhões em 2006, para mais de US\$ 42 bilhões em 2015, conforme consta do banco de dados do SIPRI.

A revista especializada *IHS Jane's Defence Weekly* (2016), edição, divulgou que a Indonésia aprovou o incremento dos gastos com Defesa em 9,2% do valor previamente alocado no orçamento de 2016. Na edição seguinte, a mesma revista publicou sua estimada de crescimento dos gastos com orçamento de defesa nas diversas regiões, para o período de 2016 até 2020, conforme figura abaixo.

Figura 1 - Incremento com gastos em Defesa – 2016 a 2020.



Fonte: Adaptado de IHS Jane's Defence Weekly (2016).

Além das questões do MSCh, o terrorismo tem sido outro problema para o sudeste asiático, em especial para a Indonésia e para a Tailândia, ambos com histórico recente de ataques de grupos radicalizados religiosamente.

Na Indonésia, os terroristas que eram tradicionalmente ligados à *Al-Qaeda*, de grande atuação na primeira década deste século, têm migrado seu apoio para o Estado Islâmico (EI). Em 14 de janeiro de 2016, simpatizantes do EI explodiram duas bombas e efetuaram disparos contra um Posto Policial, no centro de Jacarta, deixando sete mortos e vinte e quatro feridos.

Na Tailândia os terroristas se concentravam na fronteira sul do país, onde uma minoria islâmica fomentava um movimento separatista. No entanto, a partir de 2015, a capital do país, Bangkok, passou a ser alvo de atentados terrorista de fundamentação religiosa, mas de viés político. O maior deles ocorreu em 17 de agosto de 2015, que deixou vinte e dois mortos e cento e vinte e três feridos.

Com relação aos produtos de defesa, merece ser destacado que alguns dos países do sudeste asiático já possuem material aeronáutico para uso militar de fabricação brasileira. É o caso da Indonésia, que adquiriu dezesseis aeronaves A-29 Super Tucano (EMB-314), da EMBRAER, com as primeiras tendo entrado em serviço em 2013 e as últimas sendo entregues em 2016. Não obstante isso, o país possui várias licitações internacionais para substituição ou modernização de seus sistemas de defesa, incluindo a aeronaves e radares.

Por sua vez, a Tailândia opera quatro jatos executivos para Transporte de Autoridade, modelo ERJ 135 LR da EMBRAER, com duas delas pertencentes ao Real Exército Tailandês, (RTA) e as outras duas no inventário da Real Marinha Tailandesa (RTN). Além disso, a Real Força Aérea Tailandesa (RTAF) emprega

aeronaves similares às usadas no Brasil, como é o caso do caça sueco *Gripen* J-39 C/D, do F-5 E/F, do C-130 e aeronaves de asas rotativas.

Singapura não opera aeronaves militares brasileiras, no entanto é o único país do sudeste asiático que possui um escritório de representação da EMBRAER, que é encarregado de promover vendas naquela região.

Em relação às missões diplomáticas, conforme consta no sítio eletrônico do MRE, o Brasil possui Embaixadas residentes nas Filipinas, na Indonésia, na Malásia, em Mianmar, em Singapura, na Tailândia, no Timor Leste e no Vietnã, o que permite o trâmite diplomático de assuntos com maior fluidez.

Assim, de acordo com dados extraídos do Sistema de Atos Internacionais do MRE, o Brasil já assinou instrumentos internacionais, abrangendo áreas que vão da emissão de passaporte, reconhecimento de documentos, cooperação técnica, consultas políticas, até chegar a assuntos de Defesa. Considerando apenas as interações bilaterais, somam-se oitenta e seis documentos vigentes e quatorze outros, em tramitação.

Destes, deve ser dado destaque à Indonésia, que já possui um Acordo de Parceria Estratégica, firmado em 2009, e ao Timor Leste que, goza de grande fluidez nas parcerias pela via da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e também possui um Acordo de Cooperação em Área de Defesa, assinado em 2010.

A presença de uma Adidância serve como um sinalizador de interesse entre os países envolvidos neste ato de diplomacia. Assim, no sudeste asiático, a partir de 2014, a Indonésia, a Tailândia e o Vietnã passaram a contar com uma Adidância de Defesa e Aeronáutica do Brasil. (WIGHT, 2002).

Na área de Operações de Paz, conforme relatório da ONU, a Indonésia é o destaque na região, pois possui mais de 2.800 soldados envolvidos em diferentes missões e pretende elevar este número para 4.000 soldados e uma unidade de helicópteros até 2019. Para suportar esta política foi inaugurado um Centro de Treinamento de Mantenedores de Paz, em 2014, próximo à Jacarta, que tem recebido instrutores do mundo todo, inclusive do Brasil, em seus cursos.

O Vietnã também vem buscando sua inserção nas missões de paz da ONU. Para tanto o país inaugurou seu centro de instrução recentemente. A estrutura está ainda em desenvolvimento e os instrutores estão em fase de formação, com o apoio

do CCOPAB. O país tem interesse em empregar uma fração de engenharia e um hospital de campanha o mais breve possível.

Neste ponto, é premente que seja investigado o grau de maturidade das interações bilaterais já existentes entre cada um dos onze países do sudeste asiático e o Brasil, afinal, a cooperação e as negociações entre Governos dependem do grau de confiança existente.

Desta forma, com base nos dados coletados, o pesquisador compilou uma tabela, usando questões diretas em um eixo, destacando alguns critérios que facilitam a cooperação na área de defesa e listou os países de interesse deste estudo no outro eixo.

Para as respostas positivas, que denotam uma maior facilidade para cooperação, foi convencionado o valor “1”. Para respostas negativas, denotando menos facilidade ou maior tempo para cooperação, foi convencionado o valor “0”. Ao final, por soma simples, tem-se um indicador de sensibilidade para cooperação em defesa. Este indicador é meramente quantitativo e serve aos propósitos deste trabalho para priorizar e racionalizar os esforços da pesquisa.

Tabela 1 - Sensibilidade para cooperação

	Brunel	Camboja	Filipinas	Indonésia	Laos	Malásia	Myanmar	Singapura	Tailândia	Timor Leste	Vietnã
Matem Relações Diplomáticas?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Embaixada Brasileira no País?	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1
É Membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste?	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1
Há Acordo de Parceria Estratégica ou de Cooperação Militar já firmado?	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Há uma Adidância Aeronáutica ou de Defesa no país?	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1
Opera aeronaves militares do Brasil?	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Possui Centro de Operação de Paz?	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1
	2	2	3	7	2	4	3	4	6	5	5
INDICADOR DE SENSIBILIDADE PARA COOPERAÇÃO											

Fonte: O autor (2016).

Para efeito de análise das possibilidades de projeção de poder, é possível dividir os países em três grupos: O **Grupo 1**, formado pela Indonésia, Tailândia, Vietnã e Timor Leste; o **Grupo 2**, com as Filipinas, a Malásia, Myanmar e Singapura; e o **Grupo 3**, composto por Brunei, Camboja e Laos.

4.3 Possibilidades do COMAER junto ao Grupo 1

O Grupo 1 apresenta condições mais favoráveis para o desenvolvimento de ações da PEB em curto prazo, pois, além de possuir a estrutura de chancelaria residente, também conta com a presença do Adido de Defesa e Aeronáutica.

Neste caso, considera-se que o COMAER já está ativamente projetando o poder nacional nestes países, cabendo assim medidas para intensificar e explorar o êxito inicial. Dentre as medidas, algumas dependem de assinatura de instrumentos de cooperação e da vontade política de ambas as partes, outras são mais simples como é o caso de missões de ensino.

No caso da Indonésia, que já possui um Acordo de Parceria Estratégica, firmado em 2009, e adquiriu dezesseis aeronaves A-29 Super Tucano, da EMBRAER, surge como possibilidade o início de intercâmbios técnicos e operacionais, podendo inclusive englobar intercâmbio de tripulantes. Além disso, o intercâmbio em Operações de Paz, nos assuntos afetos à Força Aérea, é outra possibilidade de projeção. Na parte de Controle do Espaço Aéreo, com a capacidade inovadora do SISCEAB e considerando que muitos dos produtos usados são oriundos da BID, esta área também demonstra ser promissora.

Na Tailândia, para o COMAER projetar o poder brasileiro será necessária a assinatura de instrumento legal de cooperação. São opções de cooperação, em curto prazo, as áreas de ensino acadêmico e técnico. Como o país possui problemas com insurgência, drogas e crimes transnacionais em suas fronteiras, pode haver interesse daquele país para conhecer a experiência operacional da FAB, ligada ao controle das fronteiras do SIVAM.

O Timor Leste poderá acolher as ações do COMAER, em cumprimento da PEB e respaldado no Acordo de Cooperação em Área de Defesa, assinado em 2010, nas áreas de formação (acadêmica, técnica e básica), na Segurança de Voo e em assuntos relacionados a Operações de Paz. As questões de controle do espaço aéreo e da BID ainda não seriam beneficiadas neste estágio.

Por fim o Vietnã, que utiliza, quase que exclusivamente, material de defesa de origem russa ou chinesa, bem como seus os princípios doutrinários operacionais, o que dificulta o intercâmbio ou a cooperação operacional. Para este país, que se

encontra em fase de desenvolvimento para atuar em missões de paz, pode haver uma oportunidade para o COMAER atuar, compartilhando sua experiência em planejamento e no emprego do transporte aerológico em operações deste tipo, bem como para colaborar na preparação e treinamento do pessoal de saúde para montagem e operação de um Hospital de Campanha, área de domínio da FAB e de grande carência do Vietnã.

4.4 Possibilidades do COMAER junto ao Grupo 2

O Grupo 2 tem como característica um estágio intermediário de capilaridade aos esforços de projeção do poder nacional por meio do COMAER. Assim, as medidas de real efetividade demandarão mais tempo, pois envolvem celebração de acordos diplomáticos de alto nível político junto às Filipinas, à Malásia, a Myanmar e a Singapura. A ausência de um Adido nestes países reduz as opções de cooperação às missões de ensino, ao uso do Esquadrão de Demonstração Aérea (EDA) e ao atendimento a demandas eventuais.

4.5 Possibilidades do COMAER junto ao Grupo 3

Para o Grupo 3, com Brunei, Camboja e Laos, as relações diplomáticas e comerciais necessitam ser incrementadas, gradativamente, até chegarem ao ponto da assinatura de Cooperação em Defesa ou mesmo a celebração de um Acordo Quadro que, posteriormente, permitirá a assinatura de memorandos de entendimento com o COMAER. Neste grupo, enquanto as condições ideais não se concretizam, o COMAER tem condição de articular missões de ensino, fazer uso do EDA e atender demandas eventuais dos países que o compõe.

5 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa foram investigadas as capacidades de Projeção do Poder Nacional no Sudeste Asiático, por meio do Comando da Aeronáutica, de maneira a colaborar com os objetivos nacionais contidos na PEB. Para tanto, foram apresentadas as diretrizes da PEB, seus reflexos na PND, operacionalizados por meio da END e que receberam transparência e publicidade internacionais por meio do LBDN.

Assim, foi possível concluir que o COMAER possui condições de projetar poder no sudeste asiático, com respaldo e orientações das políticas setoriais de nível estratégico do Brasil. Para tal, dependerá de instrumentos diplomáticos bilaterais, que são formalizados por meio de acordos de cooperação, memorandos de entendimento, protocolos de intenção, declarações de parceria estratégica e outros.

Na sequência, respeitando o escopo geográfico da pesquisa, foi captada uma visão geral do sudeste asiático quanto aos aspectos econômicos, de segurança e defesa da região, bem como o levantamento de temas de política interna que apresentavam sintonia com as atividades da Força Aérea. O pesquisador aplicou uma metodologia que permitiu dividir os onze países em três grupos, de acordo com o grau de sensibilidade para cooperação em assuntos de Defesa.

Assim, a hipótese deste trabalho se confirma e o objetivo é atingido, permitindo concluir que o COMAER pode projetar o Poder Nacional no Sudeste Asiático, em diferentes temas, que dependem de cada país.

No Grupo 1, o COMAER encontra possibilidades mais palpáveis de agir. No caso da Indonésia, foram encontradas condições para assimilar toda a gama de ações orientada pela END. No caso da Tailândia, as ações se concentraram mais em atividades de cooperação em ensino acadêmico ou técnico e para intercâmbio operacional. Já o Timor Leste, apesar de possuir bons canais para cooperação e não haver a barreira da linguagem, por sua lacuna de infraestrutura e outras condições peculiares, as possibilidades do COMAER se mostram mais promissoras na área de ensino, para formação no nível acadêmico, técnico e básico. Na área operacional são opções a Segurança de Voo, e as Operações de Paz.

Deste grupo, em que pese as boas condições existentes, o Vietnã, dado a suas características intrínsecas, permitiu interações positivas apenas na área de Operação de Paz, para planejamento e execução do apoio aerológico necessário, e no que tange a montagem e operação do Hospital de Campanha.

No que tange ao Grupo 2, formado por Filipinas, Malásia, Myanmar e Singapura. A ausência de acordos de nível mais estratégicos ou de um Adido naqueles países, as opções de cooperação ficaram reduzidas a missões de ensino, uso do EDA e atendimento a demandas eventuais.

Já o Grupo 3, com Brunei, Camboja e Laos, pela ausência de qualquer instrumento legal de acordo, não tem condição de assimilar ações mais densas por parte do COMAER para projeção do poder nacional, ficando reduzidas ao nível mais basal de interação, com missões de ensino e o uso do EDA.

O estudo se resumiu às possibilidades de projeção de poder apenas pelo COMAER, assim, pesquisas voltadas para a investigação da influência de outras Forças ou do próprio MD seriam complementares e oportunas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Guy; KOZAN, Jon. IHS Jane's world defence industry survey 2016. **IHS Jane's Defence Weekly**, v. 53, n. 28. Surrey, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 66 de 13-07-2010. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Congresso Nacional. Decreto Legislativo nº 373, de 12 de setembro de 2013. Aprova a **Política nacional de defesa**. Brasília: Presidência da República: Ministério da Defesa, 2013. Publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2013, p. 1. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_24876825_DECRETO_LEGISLATIVO_N_373_DE_25_DE_SETEMBRO_DE_2013.aspx>. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. Decreto Legislativo nº 373, de 12 de setembro de 2013. Aprova a **Estratégia nacional de defesa**. Brasília: Presidência da República: Ministério da Defesa, 2013. Publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2013, p. 1. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_24876825_DECRETO_LEGISLATIVO_N_373_DE_25_DE_SETEMBRO_DE_2013.aspx>. Acesso em: 18 set. 2016.

_____. Decreto Legislativo nº 373, de 12 de setembro de 2013. Aprova o **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Presidência da República: Ministério da Defesa, 2013. Publicado no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2013, p. 1. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_24876825_DECRETO_LEGISLATIVO_N_373_DE_25_DE_SETEMBRO_DE_2013.aspx>. Acesso em: 18 set. 2016.

DORN, A. W. **Air Power in UN operations**: wings of peace. Vermont, Ashgate Publishing Company, 2014. ISBN: 978-1-4724-3546-0.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook**: april 2016. Washington: International Monetary Fund, 2002- 2016. Semiannual. ISSN 0256-6877.

GREVATT, Jon. Indonésia increases 2016 defence budget by 9,2%. **IHS Jane's Defence Weekly**, v. 53, n. 27. Surrey, 2016.

JUNGSMANN, R. Discurso de Posse. **Ministério da Defesa**, Brasília, 16 mai. 2016.

Disponível em:

<<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2016/mes05/DISCURSODEPOSSE-16.05.2016.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

PINOTTI, T. China e Vietnã no Mar do Sul da China: disputas e questões estratégicas. Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v.4, n.8, Jul./Dez. 2015. e-ISSN 2238-6912

SERRA, José. Discurso de Posse. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 18 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 18 set. 2016.

TEMER, Michel. Discurso de Posse. **Presidência da República**, Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidente-em-exercicio/discursos/discursos-do-presidente-em-exercicio/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-posse-dos-novos-ministros-de-estado-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 18 set. 2016.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.